



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE  
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

VERSÃO 1 - SEI n. 1242358, assinado em 26/09/2022.

VERSÃO 2 - ATUAL - emitido após a Diligência 96/2022 - ASJUR (SEI n. 1265692).

Após a avaliação da diligência da ASJUR, foram ajustados a EPC e os itens IV e IX.

### I. DADOS DO PROCESSO

**Processo:**

0015754-67.2022.6.25.8000

**Objeto:**

Aquisição de Arquivos Deslizantes para o Novo Arquivo Central

**Unidade Solicitante:**

Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo (SEDEA)

**Unidade(s) Demandante(s):**

Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo (SEDEA)

**Equipe de Planejamento da Contratação:**

Nome: Rosa Angélica Almeida Ribera (ou quem venha a substituir)

Unidade: COGIN

Nome: Micheline Barboza de Deus

Unidade: SEDEA

Nome: Ricardo Loeser Carvalho Filho

Unidade: ASPLAN-SAO

Nome: Patrícia Sales de Oliveira

Unidade: SEPAT

**Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:**

Nome: Rubens Lisboa Maciel Filho

Unidade: Diretor-Geral

**Fiscais Previamente Indicados:****Fiscal Técnico**

Nome: Micheline Barboza de Deus  
Nome: Patrícia Sales de Oliveira

Unidade: SEDEA  
Unidade: SEPAT

**Fiscal Administrativo, se houver**

Nome: Não se aplica

Unidade: Não se aplica

**Fiscal Setorial, se houver**

Nome: Não se aplica

Unidade: Não se aplica

**Gestor do Contrato:**

Nome: Rosa Angélica Almeida Ribera

Unidade: COGIN

**1º ETAPA - Definição das Responsabilidades - definir as atribuições e as responsabilidades dos envolvidos no planejamento da contratação.**

i) Este formulário deve ser encaminhado já com a ciência dos fiscais previamente indicados, ou seja, antes da sua efetiva indicação formal (art. 22, § 2º da IN 5/2017-MP).

ii) Este Estudo Técnico Preliminar será aprovado pela Diretoria-Geral..

**Atenção:** Nos itens em que são apresentadas opções para seleção, marcar o X somente nos campos sem sombreamento, conforme o caso.

II. OBJETO	
<b>Natureza do objeto:</b>	
	1. Prestação de serviço
x	2. Aquisição com instalação
	3. Prestação de Serviço + Aquisição
<b>Estimativa de preço:</b> R\$ 1.058.308,00 (um milhão, cinquenta e oito mil trezentos e oito reais)	
<b>Descrição sucinta do objeto:</b>	
Contratação de empresa especializada no <b>fornecimento e montagem</b> de sistema de arquivos deslizantes, permitindo o deslocamento individual ou de vários módulos ao mesmo tempo através de sistema mecânico ergonômico, acionado por meio de volantes com trava individual de segurança, fabricado em chapa de aço, com todos os componentes necessários para acondicionamento de caixas-arquivo. As peças fabricadas em aço devem ser submetidas a tratamento antiferrugem e receber acabamento com pintura eletrostática a pó ou zincagem.	

III. QUANTIDADE A SER CONTRATADA				
<b>Definir a quantidade necessária para atender a demanda:</b>				
<p>1. Para estimativa das quantidades foi adotado o seguinte método: Mensuração da Documentação existente no acervo sob custódia das zonas eleitorais.</p> <p>2. Estima-se que deverão ser adquiridos e instalados arquivos deslizantes que suportem o armazenamento de, no mínimo, 7.500 caixas-arquivo, além da previsão de 1.467 caixas-arquivo de reserva técnica, totalizando 8.967 caixas-arquivo.</p>				
<b>Detalhar os critérios utilizados para se chegar à quantidade solicitada, fazendo constar memória de cálculo ou estudo e os documentos que lhe dão suporte:</b>				
<p>Há necessidade de abrigar, no mínimo, 7.500 caixas-arquivo (1.071 metros lineares), tamanho padrão (h:24 cm x l:13cm x c:36 cm), além da previsão de uma reserva técnica de, aproximadamente, 1.467 caixas-arquivo (210 metros lineares), totalizando 8.967 caixas-arquivo, equivalente a 1.281 metros lineares.</p> <p>Sugerimos que a contratação seja feita por item, nos termos da proposta apresentada pela empresa Organize, com base dos preços registrados ata de registro de preços 13/2022, que se pretende aderir, conforme justificativa do item IV (pesquisa de mercado) e quadro a seguir:</p>				
ITEM	CÓDIGO SIASG (catmat ou catser)	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	116084	Face móvel modular	peças	172
2	116084	Face fixa modular	peças	11
3	116084	Suporte fixo para composição interna de	peças	1281

		faces		
4	116084	Suporte móvel para composição interna de faces	peças	4
5	116084	Fechamento interno ou externo para módulo	peças	14

#### IV. JUSTIFICATIVA

##### Informar o objetivo/problema que será resolvido com a contratação:

Consiste na necessidade de abrigar o acervo documental (processos administrativos Judiciais e Administrativos com temporalidade permanente) originários das Zonas Eleitorais do Estado de Sergipe, uma vez que os cartórios eleitorais não possuem estrutura para promover a guarda e o armazenamento com adequação de temperatura e luminosidade. Além disso, os arquivos deslizantes permitem maior capacidade de armazenamento de documentos ocupando um espaço menor, otimizando a área disponível para o acervo.

##### Histórico:

x	1. Não há histórico
	2. Há histórico
	2.1 Número do processo da contratação anterior:
	2.2 Resumir o histórico das contratações anteriores e das soluções atualmente adotadas:

##### Origem da demanda da contratação:

	1. A contratação foi prevista na Proposta Orçamentária
	1.1 Informar o ano da Proposta Orçamentária e a Ação:
x	2. Não houve previsão orçamentária para a contratação

##### Pesquisa de Mercado:

##### Justificativa:

Tendo em vista que a Diligência 96/2022 - ASJUR (SEI 1265692), apontou algumas inconsistências na pesquisa de mercado, achamos por bem acrescentar algumas considerações complementares:

Na realidade, a primeira proposta que recebemos foi solicitada ao representante da empresa que forneceu o arquivo deslizante existente na SEDEA (SEI 1269847, SEI 1269849 e SEI 1269853) cujo e-mail foi enviado 4/5/2022 e a proposta/projeto recebidos em 10.6.2022, que deixou de serem analisados em razão de a SEDEA está envolvida em outras demandas prioritárias, a exemplo da contratação dos serviços de arquivologia e a elaboração do relatório do repositório digital confiável (RDC-Arq), referente ao prêmio de qualidade do CNJ, cujo prazo para enviar a documentação referente ao preenchimento dos requisitos, encerrou-se em 31.8.2022. Logo em seguida, começamos a dar andamento ao procedimento para aquisição dos arquivos deslizantes: em 1.9.2022, analisamos a proposta/projeto enviados pela empresa MCL (SEI 1269847, SEI 1269849 e SEI 1269853), quando verificamos que a referida proposta/projeto não atendiam a necessidade desta Casa, em razão de não respeitar o projeto de climatização, porque foram alocados arquivos deslizantes embaixo dos condicionadores de ar, correndo o risco de danificar a documentação em caso de os condicionadores de ar apresentassem defeito, além do alto valor apresentado na proposta, por esses motivos, não havíamos juntado a proposta/projeto ao presente processo. Ato contínuo, em 2.9.2022, procedemos a instauração do presente procedimento quando enviamos e-mail, solicitando proposta, aos fornecedores que foram contratados pelo TRE PI (1256319) e TRE-GO (SEI 1256261 e SEI 1256292).

De posse dos contatos, enviamos e-mail's, com as medidas da sala de arquivo do novo arquivo central, a diversas empresas e recebemos propostas da Amazing Metalúrgica, Eletroarth (representada pela Artcho) e novamente à empresa que montou os arquivos deslizantes na SEDEA (SEI 1243498).

A empresa Amazing Metalúrgica apresentou proposta de layout para esta casa que abriga 8967 caixas-arquivo (1281 metros lineares) e propostas de preços baseada na quantidade de faces e ao mesmo tempo em metro lineares com valor total de **R\$ 1.038.768,00** (um milhão, trinta e oito mil setecentos e sessenta e oito reais), calculando-se o valor unitário ( metro linear), que é uma das medidas utilizada no mercado, chegamos ao valor de **R\$ 810,90** (oitocentos e dez reais e noventa centavos).

Como o projeto de layout apresentado pela Amazing (em 8.9.2022) atendeu bastante ao que se pretende contratar, enviamos à empresa Organize(Barretto) em 12.9.2022, para que tivéssemos o mesmo parâmetro de avaliação de preços. Dessa forma, a Organize elaborou sua solução em cima do referido layout e apresentou a proposta de preços por item, com valor total de **R\$ 1.058.308,00 (um milhão, cinquenta e oito mil trezentos e oito reais)** e valor unitário (metro linear) de **R\$ 826,15** (oitocentos e vinte e seis reais e quinze centavos)

A Artcho (Eletroarth), apresentou uma solução, diferente do layout da Amazing, abrigando 7.560 caixas-arquivo (1.080 metros lineares) no valor de **R\$ 1.234.785,97** (Hum milhão duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), cuja proposta também foi apresentada por item com o custo do valor unitário (metro linear) de **R\$ 1.143,32** (um mil cento e quarenta e três reais e trinta e dois centavos).

Além da pesquisa feita por fornecedor, foram realizadas pesquisas no banco preços (Administração Pública), conjuntamente com SEACO (Certidão SEI 1258969), quando verificamos que o mercado tanto contrata por metro linear como por item. Por isso, realizamos, inicialmente, a pesquisa por metro linear de arquivo deslizante e encontramos apenas uma ata de registro de preços do Ministério do Meio Ambiente (SEI n. 1256739), com valor do metro linear de **R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais)**, que não serve para integrar a presente pesquisa de mercado, uma vez que o órgão não permite adesão. Realizada a pesquisa por item, encontramos duas atas de registro de preços:

1. Ata de Registro de Preços da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEI n. 1255658) - serve apenas como parâmetro de preços por ser de órgão estadual.
2. Ata de Registro de Preços da Fundação Joaquim Nabuco/Ministério da Educação, à época, encontrava-se pendente de publicação, que veio a ocorrer em 26.9.2022 (SEI nº 1258358).

Identificamos, no presente procedimento, dificuldade de comparação entre os preços praticados nas referidas licitações, Pregão Eletrônico nº 20210076/SEDUC/COINT (SEI 1255662), Pregão Eletrônico SRP Nº 08/2022 da Fundação Joaquim Nabuco (SEI 1250352), cujo objeto, em nosso sentir, poderiam ser similares ao pretendido por esta Casa, no entanto, não obstante identificada a similaridade, não há como efetuar o comparativo, dada às diferenças quanto à fixação de preços e também à diversidade das soluções, que se mostraram específicas para os respectivos órgãos licitantes.

Assim, é importante destacar que cada fornecedor possui uma solução própria, não havendo possibilidade de comparar os itens de uma solução com os itens de outra solução. Tal assertiva, pode ser comprovada nos autos do procedimento instaurado pelo TRE-GO (SEI 1271058) e juntado aos presentes autos para dar sustentação à presente contratação (especialmente às fls. 437/439) .

Como constam dos autos 03 (três) propostas de preços, docs. 1247760, 1250027, 1253722, as quais correspondem a projetos que foram elaborados sob medida, por intermédio do layout apresentado, para a realidade desta Casa, concluímos pela possibilidade de utilização daquelas propostas apresentadas por fornecedores, nesta etapa de planejamento da contratação, para se chegar ao valor de referência e, também, para servir de avaliação da vantagem econômica da adesão pretendida, na medida em que todas encerraram, repita-se, soluções, que não são idênticas, mas que foram elaboradas sob medida para as necessidades desta Casa, conforme quadro a seguir:

#### VALOR DE REFERÊNCIA:

PROPOSTAS	VALOR (R\$)
AMAZING (SEI N. 1247760)	R\$ 1.038.768,00
ORGANIZE (SEI N. 1250027)	R\$ 1.058.308,00

Ata de Registro de Preços do Ministério da Educação Fundação Joaquim Nabuco UASG Nº 344002 - Pregão Eletrônico nº 08/2022	
ARTCHO (SEI N. 1253722)	R\$ 1.234.785,97
<b>Mediana</b>	<b>R\$ 1.058.308,00</b>

Considerando que a empresa Organize apresentou proposta de preços, baseada nos preços registrados na Ata de Registro de Preços 13/2022 da Fundação Joaquim Nabuco (SEI 1258358), que iniciou a vigência em 26/9/2022, cuja solução apresentada atende a necessidade deste Regional, a EPC pugna pela adesão à referida Ata.

O Decreto 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei 8.666/1993, ao tratar da utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades que não participaram de sua celebração, determina a demonstração da vantagem dessa utilização, consoante caput do artigo 22, in verbis:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

A vantajosidade, da adesão que se deseja realizar, está no valor da proposta de R\$ 1.058.308,00, apresentada pela empresa Organize, vencedora do pregão, que embora não seja a de menor valor dentre as propostas apresentadas, que atendem a necessidade deste Tribunal, (R\$ 1.038.768,00 - Amazing e R\$ 1.234.785,97 - Arthco), consiste em um **VALOR COMPATÍVEL COM O MERCADO**, conforme demonstrado nos presentes autos, acrescida da justificativa apresentada pela COLIC constante da Informação 5291/2022(SEI 1258474), a seguir transcrita:

"(...) não se pode olvidar que, além dos custos administrativos para a instrução de processo licitatório, a realização de pregão eletrônico não garantiria o sucesso da contratação, tampouco, se frutífero, redução de preço durante a correspondente etapa competitiva."

Frise-se, ainda, que há disponibilidade orçamentária (SEI 1258240) e não há tempo hábil para realização de um procedimento licitatório neste exercício, e, caso o TRE/SE não faça a adesão desejada, corre o risco de ter que devolver recurso.

Ademais, consta dos autos a concordância da Empresa Beneficiária da ata em fornecer a este Tribunal, os itens decorrentes da adesão pretendida, bem como, a autorização do Órgão Gestor para adesão desta Corte à ata de registro de preços em questão, documentos 1255566 e 1260032.

#### Há outras soluções de mercado que atenderiam a necessidade do órgão?

x	1. A unidade solicitante desconhece outra solução de mercado que atenda a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado
	2. Há outras soluções de mercado que atendem as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado
	2.1 Relacionar as demais soluções de mercado, se houver:

#### Motivos que levaram a escolha da solução a ser contratada:

x	1. A(s) especificação(ões) e/ou obrigação(ões) atendem aos padrões comuns (usuais) de mercado
	2. Há exigência(s) de especificação(ões) e/ou obrigação(ões) fora do padrão de fornecimento de mercado, o que pode representar aumento de custos na contratação.
	2.1 Justificar a exigência:
	3. Comparar com as demais soluções de mercado, quando houver:

<b>Subcontratação</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	1. O objeto deve ser executado única e exclusivamente pela licitante contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado
<input type="checkbox"/>	2. Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela licitante contratada
<input type="checkbox"/>	2.1 Descrever o que poderá ser subcontratado e o motivo para essa permissão:
<input type="checkbox"/>	3. Outras hipóteses
<input type="checkbox"/>	3.1 Justificar:
<b>Consórcio</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	1. Não é necessária a previsão de participação de empresas de forma consorciada, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada
<input type="checkbox"/>	2. É necessária a previsão da possibilidade de participação de empresas consorciadas no edital de licitação, pois o objeto é complexo e/ou demanda das empresas uma grande capacidade econômica para sua execução

<b>V. AQUISIÇÃO (FORNECIMENTO)</b>	
<b>A contratação trata de aquisição de materiais/equipamentos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	1. Sim
<input type="checkbox"/>	2. Não (Nesse caso, não é necessário responder os quesitos abaixo)
<b>É possível a reserva de 25% das quantidades solicitadas para que sejam adquiridas exclusivamente por ME/EPP (art. 8º do Decreto 8.538/2015)</b>	
<input type="checkbox"/>	1. Não se aplica (nos casos em que a expectativa do valor da contratação estiver abaixo de R\$ 80.000,00)
<input type="checkbox"/>	2. Sim
<input checked="" type="checkbox"/>	3. Não
<input type="checkbox"/>	3.1 Justificar (hipóteses dos incisos do art. 10 ou do caput do art. 8º do citado Decreto):
<b>O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?</b>	
<input type="checkbox"/>	1. Não se aplica
<input checked="" type="checkbox"/>	2. Sim
<input type="checkbox"/>	2.1 Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado:
<input type="checkbox"/>	3. Não
<input type="checkbox"/>	3.1 Justificar:
<b>A contratação exigirá marca ou modelo de material/equipamento específico:</b>	
<input type="checkbox"/>	1. Não se aplica
<input checked="" type="checkbox"/>	2. Não. Várias marcas e modelos presentes no mercado atendem a necessidade da unidade requisitante
<input type="checkbox"/>	3. Sim
<input type="checkbox"/>	3.1 Justificar:
<b>Legislação afeta à licitação</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	1. Não há conhecimento de nenhuma legislação que exija critérios especiais para contratação do objeto
<input type="checkbox"/>	2. Decreto 7.174/2010 - Bens e serviços de informática e automação
<input type="checkbox"/>	3. Aplicação de margem de preferência
<input type="checkbox"/>	3.1 Informar a legislação:
<input type="checkbox"/>	4. Outras legislações:
<b>ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (vide Súmula TCU 247)</b>	
<b>É tecnicamente viável dividir a solução?</b>	
<input type="checkbox"/>	1. Não se aplica
<input checked="" type="checkbox"/>	2. Não

	2.1 Justificar
	3. Sim
<b>É economicamente viável dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
x	2. Não
	2.1 Justificar:
	3. Sim
<b>Não há perda de escala ao dividir a solução?</b>	
	1 Não se aplica
x	2. Não.
	2.1 Justificar:
	3. Sim
<b>Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
x	2. Não
	2.1 Justificar
	3. Sim
<b>Conclusão:</b>	
x	1. Não se aplica
	2. É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.
	3. Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa
	3.1 Justificar:

<b>VI. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO</b>	
<b>A contratação trata de prestação de serviços:</b>	
	1. Sim
x	2. Não ( <b>Nesse caso, não é necessário responder os quesitos abaixo</b> )
<b>Existe um contrato atual vigente com objeto a ser licitado:</b>	
	1. Sim
	1.1 Informar o número e a previsão de término do contrato atual:
	2. Não
<b>A nova contratação possui vigência superior a 12 meses?</b>	
	1. Sim
	1.1 Justificar na forma do art. 28, § 3º, da Resolução TSE 23.234/2010
	2. Não
<b>O novo termo de referência estabeleceu alguma melhoria ou alteração substancial em relação à contratação anterior:</b>	
	1. Não
	2. Sim
	2.1. Quais?
<b>Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Instrução Normativa 5/2018 – MPDG)?</b>	
	1. Não
	1.1 Justificar:
	2. Sim

	2.1 Definir os indicadores de desempenho e correlacionar com impacto no pagamento do serviço (vide alíneas d.3 a d.5 do item 2.6 do Anexo V da IN 5/2017-MP):
<b>Haverá possibilidade prorrogação do contrato?</b>	
	1. Não
	2. Sim. O produto da contratação está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
	3. Sim. A contratação trata de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.
	4. Sim. A contratação trata de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.
	4.1 Justificar o enquadramento do serviço de prestação continuada (vide art. 15 da IN 5/2017-MP):
	5. Sim. Outras hipóteses
	5.1 Justificar
<b>O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?</b>	
	1. Não se aplica
	2. Sim
	2.1 Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado:
	3. Não
	3.1 Justificar:
<b>Legislação afeta à licitação</b>	
	1. Não há conhecimento de nenhuma legislação específica afeta ao objeto a ser contratado
	2. Decreto 7.174/2010 - Bens e serviços de informática e automação
	3. Decreto 7.983/2013 - Obra ou serviços de engenharia
	4. Lei 12.232/2010 - Serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda
	5. Aplicação de margem de preferência
	5.1 Informar a legislação:
	6. Outras legislações afetas ao objeto a ser contratado.
	6.1 Informar legislações:
<b>ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO</b> (vide Súmula TCU 247 e item 3.8 do Anexo III da IN nº 5/2017-MP)	
<b>É tecnicamente viável dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
	2. Não
	3. Sim
<b>É economicamente viável dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
	2. Não
	3. Sim
<b>Não há perda de escala ao dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
	2. Não
	3. Sim
<b>Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?</b>	
	1. Não se aplica
	2. Não
	3. Sim
<b>Conclusão:</b>	



	1. Não se aplica
	2. É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade
	3. Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa
	3.1 Justificar:
<b>VI.a - SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA</b>	
<b>A contratação trata de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra?</b>	
	1. Sim
	2. Não ( <b>Nesse caso, não é necessário responder os quesitos abaixo</b> )
<b>Forma de Aferição/Medição do serviço:</b>	
	1. Regra
	1.1 Utilização de unidade de medida adequada ao tipo de serviço que será contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou posto de trabalho (art. 8º, caput e §1º da Resolução TSE 23.234/2010 e item 2.5, d.1, da IN nº 5/2017-MP)
	2. Exceção
	2.1 Adoção de critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva
	2.2 Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado:
	3. Exceção
	3.1 Critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação
	3.2 Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado:
	4. Outras formas de medição.
	4.1 Descrever e justificar:
<b>O salário dos postos de trabalho não poderá ser inferior ao previsto (vide o disposto no art. 5º caput e inciso VI da IN 05/2017 - MP):</b>	
	1. Não se aplica
	2. O salário base é o previsto atualmente na CCT do Sindicato
	2.1 Informar a cláusula, o número e o ano da CCT correspondente:
	3. O valor mínimo do salário base que será adotado no termo de referência
	3.1 Justificar:
<b>Há previsão de realização de horas suplementares?</b>	
	1. Sim
	1.1 Justificar:
	2. Não

<b>VII. REGISTRO DE PREÇOS</b>	
<b>A contratação se utilizará de uma ata de registro de preços?</b>	
x	1. Sim ( <b>Conforme justificativa constante do item IV - pesquisa de mercado</b> )
	2. Não
<b>Se for registro de preços, em qual(is) das hipóteses do art. 3º do Decreto 7.892/2013 se enquadra:</b>	
	1. Pelas características do bem ou serviço, há necessidade de contratações frequentes

	2. É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa
	3. É conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo
	4. Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
<b>Será possível a utilização da ata de registros por órgãos não participantes?</b>	
	1. Sim
	2. Não
	3. É possível a utilização dessa ata por órgãos da justiça eleitoral
	4. Inclusão de outros órgãos.
	4.1 Justificar:

<b>VIII. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>Resultados Pretendidos:</b>	
<b>Análise de viabilidade e necessidade da contratação:</b>	
x	1. Viável e necessária
	2. Inviável e/ou desnecessária

<b>IX. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>	
x	1. Não há
	2. Sim
	2.1 Detalhar:

<b>X. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO</b>	
<b>Toda a informação presente neste documento é classificada como Pública? (vide Lei 12.527/2011)</b>	
x	1. Sim
	2. Não
	2.1 Neste caso é necessária a fundamentação da decisão baseada, no mínimo, nos seguintes elementos:
	2.1.1 Assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa:
	2.1.2 Fundamento da classificação (observar os critérios do art. 24 da referida Lei):
	2.1.3 Indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites do citado art. 24:
	2.1.4 Identificação da autoridade que a classificou:
<p>Classificação decorrente da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação). Vale frisar alguns pontos importantes da referida Lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Caso haja algum indicativo de grau de sigilo, o processo deverá ser encaminhado à autoridade competente para definição do grau de sigilo e de sua respectiva tramitação.</li> <li>- O art. 7º, § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.</li> </ul>	

- O art. 7º, § 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º,

quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.

- Vide arts 23 e 24 da referida Lei para verificar as hipóteses de sigilo e a sua respectiva classificação.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELINE BARBOZA DE DEUS, Analista Judiciária(o)**, em 18/10/2022, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA ANGÉLICA ALMEIDA RIBERA, Coordenador(a)**, em 18/10/2022, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor(a)-Geral**, em 18/10/2022, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA SALES DE OLIVEIRA, Chefe de Seção**, em 19/10/2022, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LOESER DE CARVALHO FILHO, Assessor(a)**, em 19/10/2022, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1269677** e o código CRC **F1422A1A**.